



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração a distância

JÂNIO DE OLIVEIRA LIRA

**GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: O caso do
Policiamento Ostensivo no Distrito de Extrema/RO**

Rio Branco/AC

2011

JÂNIO DE OLIVEIRA LIRA

**GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: O caso do
Policiamento Ostensivo no Distrito de Extrema/RO**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Esp. Josias Rodrigues Alves

Rio Branco/AC

2011

Lira, Jânio de Oliveira.
Gestão Pública: Policiamento Ostensivo no Distrito de Extrema – RO
/Jânio de Oliveira Lira. – Rio Branco, 2011.
45f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília,
Departamento de Administração - EaD, 2011.

Orientador: Prof. Esp. Josias Rodrigues Alves, Departamento de
Administração.

1. Gestão Pública. 2. Policiamento Ostensivo. 3. Segurança
Pública. I. Título.

JÂNIO DE OLIVEIRA LIRA

**GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: O caso do
Policiamento Ostensivo no Distrito de Extrema – RO.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno.

Jânio de Oliveira Lira

Esp. Josias Rodrigues Alves
Professor-Orientador

Dra. Marina Figueiredo Moreira
Professora-Examinadora

Rio Branco, 03 de dezembro de 2011

Dedico este trabalho àqueles que sempre me deram força, que sempre se preocuparam comigo, e que sempre me ajudam nos momentos mais difíceis em especial ao meu Sifu Dr Samuel Mendonça e aos meus alunos de Kung Fu do Estado do Acre.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao nosso Ser maior, **DEUS** que através de sua presença no próximo, nos transmite a luz da sabedoria.

Aos colegas de curso, que compartilharam comigo as dificuldades presentes nessa trajetória e ao meu colega de treino Dário Araújo, pela oportunidade de aprendizagem nos embates da vida.

À minha família, pais, irmãos e demais familiares, em especial ao meu pai José Lira, meu eterno e grande amigo e incentivador e a minha filha Brendha Lira responsável pelo grande desejo de vencer a batalha diária.

Aos mestres, por terem nos guiado além das teorias, das filosofias e das técnicas. Por terem nos dado consciência do valor de nossa profissão de administradores.

A todos os amigos de trabalho, que ajudaram e permitiram a realização do presente trabalho. Em especial ao Comandante do 3º Grupamento, Sargento Volmar, amigo e quem mostra diariamente a maravilha de servir à comunidade com a árdua tarefa de servir e protegê-la.

A todos os autores utilizados nesta obra, agradeço por terem fomentado meus conhecimentos ao longo deste trabalho, confirmando, conferindo ou desmentindo minhas hipóteses, teorias e idealismos.

Por fim, todos os membros do Instituto de Kung Fu Brendan Lai, que me motivam a ser perseverante na busca do conhecimento.

“Para compreender como as organizações funcionam, é necessário, em primeiro lugar, compreender como funcionam as pessoas nessas organizações” (Schein, 1982).

RESUMO

Esta pesquisa constatou aspectos relevantes à política de gestão na Polícia Militar do Distrito de Extrema, localizada no Estado de Rondônia, com sede geográfica no município de Porto Velho. O objetivo é verificar a relação dessa gestão com o serviço que é prestado à comunidade local, tendo como foco as atividades desenvolvidas pelos policiais militares, que são alvos do sentimento de tranquilidade e paz naquela localidade. Também buscou analisar as condições e a organização presentes no ambiente de trabalho dos executores do policiamento ostensivo; identificar o nível de satisfação com as ações ostensivas que possuem na comunidade, dentre outros que se fizeram necessários para a complementação da pesquisa. A pesquisa teve cunho bibliográfico e documental, bem como pesquisa em campo com a utilização de questionários para os policiais militares e para a comunidade local. Os resultados obtidos na pesquisa demonstram a necessidade de maior investimento na área de gestão pública para a Polícia Militar do Distrito de Extrema, dando, assim melhores condições profissionais aos policiais que atuam naquela instituição.

Palavras-chave: Gestão Pública. Polícia Militar. Comunidade. Políticas Públicas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de curso de aperfeiçoamento .	30
Gráfico 2 – Investimento profissional que a PM oferece.	31
Gráfico 3 – Remuneração versus necessidade básica.	32
Gráfico 4 – Satisfação com as atividades da profissão.	33
Gráfico 5 – Relação com a comunidade local.	34
Gráfico 6 – Motivo de não resolver a situação.	35
Gráfico 7 – Nível de satisfação com a atuação da PM.	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível de escolaridade dos policiais:.....	29
Tabela 2 – Motivo da insatisfação:	33
Tabela 3 – Nível de escolaridade da comunidade:.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPM – Batalhão da Polícia Militar

COE – Comando de Operações Especiais

CPM – Código Penal Militar

EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré

GpPO – Grupamento de Polícia Ostensiva

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LTS – Licença para Tratamento de Saúde

PM – Polícia Militar

PMRO – Polícia Militar do Estado de Rondônia

SESDEC – Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contextualização do assunto	11
1.2	Formulação do problema.....	11
1.3	Objetivo Geral	12
1.4	Objetivos Específicos	12
1.5	Justificativa.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Segurança e Políticas Públicas no Brasil	15
2.2	Policiamento Ostensivo	17
2.3	O Estado de Rondônia: algumas características.....	18
2.4	A Polícia de Rondônia	20
2.5	Políticas de Segurança Pública no Estado de Rondônia	23
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	26
3.1	Localização da área pesquisada (Abunã)	26
3.2	Caracterização da organização	27
3.3	População e amostra ou participantes do estudo.....	27
3.4	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	28
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1	A Gestão Pública da Polícia Militar do Distrito de Extrema sob o olhar dos policiais militares.....	30
4.2	A qualidade do serviço prestado pela Policia Militar no Distrito de Extrema sob o olhar da Comunidade local	36
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS.....	41
	APÊNDICES.....	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do assunto

O foco desta pesquisa foi o 3º Grupamento de Polícia Ostensivo da Polícia Militar de Rondônia, localizado no Distrito de Extrema. Tal Distrito faz parte administrativamente da Cidade de Porto Velho, que é Capital do Estado de Rondônia.

Na localidade descrita acima a Polícia Militar atua através do 3º Grupamento de Policiamento Ostensivo, que é subordinado ao 6º Batalhão da Polícia Militar, que possui sua sede administrativa na Cidade de Guajará Mirim. As atividades desenvolvidas pelos policiais militares deste Grupamento são as de realizar a prevenção dos crimes, contravenções penais e de violações de normas administrativas em áreas específicas, como o trânsito, meio ambiente, poluição sonora dentre outras.

Portanto, foi evidenciado na pesquisa a organização e condições do ambiente de trabalho dos policiais militares que atuam no policiamento ostensivo do Distrito de Extrema, na intenção de mostrar como estes quesitos influenciam na eficiência das ações desenvolvidas em suas atividades laborais.

A pesquisa se deu com os policiais do 3º Grupamento de Policiamento Ostensivo do Distrito de Extrema, bem como com a comunidade local, onde se investigou o nível de satisfação para com a gestão pública da localidade, através das ações que a Polícia Militar desenvolve.

1.2 Formulação do problema

A preocupação com as condições e a organização do trabalho no setor público tem merecido muito pouca atenção. Enquanto o modelo de gestão administrativa vigente direciona grande parte de seus recursos na aquisição de

equipamentos e na busca de novas tecnologias, o elemento humano continua enfrentando insalubridade no ambiente de trabalho, condições socioeconômicas injustas e sistemas administrativos ineficientes e alheios à realidade.

O policiamento ostensivo do Distrito de Extrema, local onde se procedeu o estudo, fica localizado no Estado de Rondônia, desde sua instalação incumbe-se da tarefa de garantir a segurança e tranquilidade como direitos fundamentais estabelecidos na Carta Maior à população daquela localidade. No entanto as atividades do referido policiamento são restritas ou até suspensas devido à problemas de natureza organizacional e de condições do trabalho precário ali existente. Esse fator desencadeia uma série de crises sociais, pois a Polícia Militar é uma das poucas instituições locais que leva à comunidade um sentimento de segurança.

Este conjunto de evidências nos leva necessariamente a seguinte indagação: Em que medida a organização institucional e o trabalho precário dos policiais militares influencia na efetividade do Policiamento Ostensivo no Distrito de Extrema? Analisar esta questão constitui o problema central desta pesquisa.

1.3 Objetivo Geral

Identificar fatores correlacionados às condições e à organização do trabalho que, na percepção dos policiais que atuam no serviço de policiamento ostensivo e da comunidade local, têm implicações na eficácia da Polícia Militar do Distrito de Extrema.

1.4 Objetivos Específicos

- Analisar as condições e a organização presentes no ambiente de trabalho dos executores do policiamento ostensivo;
- Levantar, a partir de relatos, as percepções sobre o ambiente de trabalho dos policiais militares;

- Identificar possíveis distorções entre o trabalho prescrito e o trabalho real dos policiais que atuam no policiamento ostensivo;
- Identificar o nível de satisfação com as ações ostensiva que a comunidade possui.

1.5 Justificativa

Na execução diária das operações, os policiais militares que efetuam suas atividades no Distrito de Extrema – Estado de Rondônia, defrontam-se com dificuldades devido à insuficiência de pessoal, a defasagem dos equipamentos, bem como a falta de uma gama de outros equipamentos indisponível ao desenvolvimento das atividades, considerando a localização geográfica favorável ao tráfico de entorpecentes, contrabando, e os altos índices de homicídios.

A proximidade do Distrito de Extrema com a Bolívia reflete diretamente nas ações ostensivas dos policiais militares, pois embora o monitoramento e o combate ao tráfico de entorpecentes na região de fronteira sejam de incumbência da Polícia Federal, o Distrito de Extrema, por estar localizado na região de fronteira e não possuir vigilância constante do órgão supracitado torna-se vulnerável à entrada de entorpecentes na circunscrição de responsabilidade da Polícia Militar.

De acordo com a realidade mencionada acima, pressupõe-se que a Polícia Militar do Distrito de Extrema possui a necessidade inadiável de monitoramento eficaz, e nesse caso deverá contar com um aparato humano e tecnológico capaz de dar as respostas satisfatórias e diante dos desafios intrínsecos ao estabelecimento da segurança pública tal medida torna-se cada vez mais complexa.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende contribuir para melhorar os propósitos da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESDEC) de Rondônia, bem como para o 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM), o qual o 3º Grupamento de Polícia Ostensiva (GpPO) do Distrito de Extrema está inserido, à medida que busca caracterizar as condições e a organização do trabalho dos policiais militares que atuam no serviço de policiamento ostensivo neste Distrito.

O trabalho, também, possui seu foco na busca de sensibilização dos governos para a implementação de políticas públicas voltadas à melhoria do atendimento ao cidadão e à aplicação eficiente dos recursos humanos, como forma de proporcionar condições e organização do trabalho mais favorável aos seus administradores e um melhor desempenho das funções.

O trabalho está estruturado em 04 (quatro) capítulos: no primeiro Capítulo é feita uma introdução, abordando as principais características do estudo para que o leitor se situe melhor; o segundo capítulo mostra os principais referenciais teóricos que vem tratar da segurança pública no Brasil; algumas características Policiamento Ostensivo; uma breve abordagem sobre o Estado de Rondônia e sobre a Polícia Militar naquele Estado. O terceiro capítulo apresenta a metodologia aplicada ao estudo, e o quarto capítulo traz a análise e a discussão dos resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Segurança e Políticas Públicas no Brasil

O conceito de segurança pública não se limita a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e sua repercussão. Fischer (1985, p. 53) afirma que ordem pública compreende três aspectos: segurança pública, tranquilidade pública e salubridade pública.

Um dos pontos indiscutivelmente coerente para retardar consequências típicas da segurança é a prevenção, pois só prevenindo estaremos munidos de consideráveis resultados. Desde que as sociedades se deram conta de que a segurança faz parte de uma necessidade inata, garanti-la, tornou-se uma missão fundamental para as forças policiais e para o Estado. No entanto, essa teoria teria que estar aliada à resolução de problemas de razões sociais que as sociedades têm que conviver no dia-a-dia.

Mudanças nas estruturas de policiamento, nos procedimentos e rotinas policiais são, via de regra, mal recebidas pelas instituições e vistas como ameaças a um equilíbrio que se pretende manter. Mudanças aceitáveis para essa tradição são apenas aquelas que permitam aos policiais espaços ainda maiores de autonomia, somados à autorização para ações hoje limitadas ou não admitidas pelo ordenamento jurídico. Durante o desenvolvimento de qualquer mudança, é comum que muitos policiais se sintam inseguros e busquem formas de resistir aos projetos inovadores. Isso será especialmente verdadeiro quando as mudanças forem compreendidas como materialização de uma abordagem “leve” na luta contra o crime (ROLIM, 2006, p. 17).

Isso é muito comum, por exemplo, quando se mostra aos policiais que seu trabalho poderia ser bem mais eficaz na redução das taxas de criminalidade e violência se estivesse articulado e comprometido com projetos sociais de caráter inclusivo. Nesses casos, a reação sustentada com base na subcultura policial dirá que projetos de prevenção são matéria de “assistentes sociais” o que seria, portanto, uma forma de negar a presumida “essência” da atividade policial: a repressão.

São inúmeras pesquisas de opinião que têm demonstrado a adesão da

maioria das pessoas no Brasil a pressupostos conservadores em termos de políticas públicas na área da segurança. Como regra, a opinião pública parece demandar crescentemente medidas “mais duras” contra o crime, manifestando-se a favor de propostas como penas mais gravosas redução da idade penal, pena de morte ou emprego das Forças Armadas em tarefas de policiamento nas grandes cidades, além da construção de mais presídios e do aumento do número de policiais nas ruas.

É difícil estabelecer se posições do tipo estão consolidadas no senso comum ou se somente representam a aceitação genérica do discurso defensor do lema “lei e ordem” ou do receituário repressivo proposto de forma militante pela maioria dos formadores de opinião no Brasil. Em outras palavras, seria preciso medir até que ponto a demanda punitiva disseminada socialmente não expressa, sobretudo, o discurso típico reproduzido pela mídia, mais do que uma posição autônoma da própria cidadania. Seja como for, a maior parte da mídia trata dos temas da segurança pública a partir de posições distorcidas e preconceituosas cujos efeitos políticos tendem a agravar os próprios problemas de segurança.

O que parece evidente, de qualquer modo, é que a demanda punitiva constitui um fenômeno social muito importante no Brasil contemporâneo, assim como em muitos outros países, o que, naturalmente, condiciona tanto os debates políticos, como o processo decisório na esfera pública.

Ao contrário do que se pode perceber em outras esferas de formulação de políticas públicas como na saúde ou na economia, por exemplo, o senso comum não incorporou a noção de que determinados temas afetos à segurança pública pressupõem um saber especializado. Assim, ainda que a cidadania moderna seja marcada por uma intensa “reflexividade”, vale dizer: pelo fato de que nenhuma posição social *status* confere ao seu titular a posse da verdade, que qualquer pessoa pode expor legitimamente suas razões no espaço público e que o envolvimento da cidadania no debate das políticas de segurança seja essencial para o sucesso delas, não consolidamos, portanto, a ideia de que toda a discussão sobre segurança pública deveria se dar a partir de um diálogo com o acúmulo alcançado pelas ciências sociais na área e não a partir da tradição da política criminal ou das praxes policiais.

Via de regra, os gestores da segurança pública no Brasil são pessoas que pouco ou nada sabem sobre o tema e que, não raro, administram suas pastas com a sensibilidade aguçada por objetivos eleitorais. Os governantes, por seu turno, quando pensam em “resultados” em segurança pública, apostam em projetos que permitam a capitalização política a curto prazo, desprezando todas as iniciativas que demandem um tempo maior de maturação.

Na maior parte das vezes, autorizam as políticas na área sem que estas tenham sido selecionadas a partir de um diagnóstico competente e sem que elas próprias sejam um momento coerente dentro de um plano racional de segurança. Como tais iniciativas não são avaliadas, não é possível afirmar nada a respeito da sua eficácia. Os eventuais “resultados” serão sempre aqueles que seus proponentes divulgarem como peças de marketing (ROLIM, 2006, p. 57).

Não temos no Brasil a prática de monitorar os resultados das políticas públicas mediante avaliações independentes, e, com exceção de algumas áreas, como a da saúde pública, o Estado brasileiro também não costuma selecionar alternativas com base em evidências encontradas em pesquisas científicas. As “políticas realmente existentes”, por decorrência, são pouco mais que o resultado contraditório de uma sucessão de improvisações e atos reativos às pressões da opinião pública. Essa realidade tem implicado descontrole, incapacidade gerencial e extraordinários desperdícios de recursos públicos, além de ineficiência generalizada.

2.2 Policiamento Ostensivo

Policiamento Ostensivo são todos os meios e formas de emprego da Polícia Militar, onde o policial é facilmente identificado pela farda que ostenta, como principal aspecto e de equipamentos, aprestos, armamento e meio de locomoção, para a preservação da ordem pública, observando critérios técnicos, táticos, variáveis e princípios próprios da atividade, visando a tranquilidade e bem estar da população.

O policiamento ostensivo tem como função principal realizar a prevenção dos crimes, contravenções penais e de violações de normas administrativas em áreas específicas, como o trânsito, meio ambiente, poluição sonora entre outras. O policiamento ostensivo se constitui em medidas preventivas e de segurança, para evitar o acontecimento de delitos e de violações de normas.

O objetivo principal do policiamento ostensivo é atuar na eliminação da crença de que a oportunidade faz o ladrão. Se não existir oportunidade de delinquir, então o crime também não existirá. Nunca será possível eliminar todas as oportunidades de delinquir, mas pela atuação eficaz da polícia ostensiva, com policiamento ostensivo bem planejado e executado, estas podem ser extremamente minimizadas e diminuídas, muito mais pela sensação de presença, do que de efetiva presença real (BRASIL, 1985, p. 75).

Existem vários “tipos” de Policiamento Ostensivo, como por exemplo: Policiamento Ostensivo Geral Urbano e Rural, Policiamento Ostensivo de Trânsito Urbano e Rodoviário, Policiamento Ostensivo Ambiental, Policiamento Ostensivo de Guardas e Escoltas, Policiamento Ostensivo Montado, Policiamento Ostensivo de Operações Especiais, entre outros. No entanto, todos eles têm em comum uma finalidade: A prevenção de crimes, contravenções penais e violações das normas estabelecidas.

O policiamento ostensivo é um serviço indispensável e que desempenha um papel de primeira importância na consecução dos objetivos finais da polícia; é a única forma de serviço policial que diretamente trata de eliminar a oportunidade do mau comportamento e reprime o desejo de delinquir, destruindo as influências daninhas.

2.3 O Estado de Rondônia: algumas características

De acordo com o IBGE (2010), Rondônia é o 3º estado mais populoso e o mais denso da região norte, sendo o 23º mais populoso do Brasil. Sua capital é Porto Velho e a população do Estado, é de 1.380.952 habitantes. De acordo com Matias (2010, p.15),

O Estado de Rondônia é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado na região Norte e têm como limites os estados do Mato Grosso (a leste), Amazonas (ao norte), Acre (a oeste) e a República da Bolívia (a oeste e sul). O estado possuiu 52 municípios e ocupa uma área de 237.576,16 quilômetros, praticamente igual à da Romênia. Sua capital é a cidade de Porto Velho.

O início do povoamento do Estado de Rondônia se deu efetivamente a partir de 1907, depois da assinatura do Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903) em que o Brasil se comprometia com a Bolívia em construir uma estrada de ferro que ligasse a fronteira boliviana do rio Mamoré, onde hoje está a cidade de Guajará-

Mirim, até a cabeceira navegável do rio Madeira, hoje Porto Velho.

Em contrapartida, o Governo boliviano passaria para o Brasil as terras do extremo oeste que formam hoje o Estado do Acre. A Bolívia necessitava escoar sua produção para a Europa e Estados Unidos e por não ter oceano e o meio mais viável à época era rumo norte, via os rios Mamoré, Madeira, Amazonas e Oceano Atlântico. Entretanto a dificuldade dessa navegabilidade estava nos Rios Mamoré e Madeira, pois em seus leitos haviam vinte e três cachoeiras, impossibilitando qualquer empreitada.

Sem estradas e diante do problema, a ferrovia era a saída. Foi então que o Brasil abriu concessão para se construir uma ferrovia em plena selva amazônica margeando todo o leito dos rios: a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), nome que referenciava os dois rios a serem ligados.

Vieram, então, para cá cidadãos de diversas nacionalidades, entre eles ingleses, norte-americanos, caribenhos e asiáticos, todos determinados a desbravar essa fronteira e a construir a maior obra humana na Amazônia Ocidental.

Como a melhor tecnologia proviam dos estrangeiros, eles chegaram prontos a construir uma estação completa, dotada do que havia de básico e imprescindível para o bom andamento do empreendimento e o bem-estar de seus usuários. Com a chegada dos trabalhadores e o desenvolvimento, a pequena vila de Santo Antônio da Madeira, situada a 7 km ao sul do porto Madeira, ao passar dos anos foi gradualmente se transferindo para as proximidades da nova estação central. Nascia, então, a cidade de Porto Velho.

Para Filho,

O nome Porto Velho tem sua origem exata ainda não comprovada historicamente. A primeira versão é de que o nome se deu em função de um antigo agricultor que morava nas proximidades do local, chamado "Velho Pimentel", o qual tinha um pequeno porto onde as embarcações que se destinavam à Vila de Santo Antônio atracavam. Era o "Porto do Velho", e, portanto, mais tarde "Porto Velho". A segunda hipótese é a de um ponto de apoio e estratégico deixado pelo Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai, quando essa fronteira se encontrava desguarnecida. A guerra acabou e o ponto logístico ficou, restando apenas a denominação "Porto Velho" (1997, p.34).

As instalações do complexo ferroviário aumentavam a renda *per capita* era alta, o comércio vigoroso e o fluxo de estrangeiros intenso. Foi o que bastou para a

pequena cidade chamar a atenção de nações distantes com interesses especiais: um pequeno povoado em franco desenvolvimento, uma estrada de ferro e um eldorado latente em plena selva brasileira.

Em 02 de outubro de 1914, Porto Velho era conhecida político-administrativamente como Município, e em 13 de setembro de 1943 como capital de novo Território Federal do Guaporé, que mais tarde, em 17 de fevereiro de 1956, passava a se chamar de Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido da Silva Rondon.

Em 10 de abril de 1979 chegava para governar o então Território, o Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, o último Governador do Território e o primeiro do Estado. Jorge Teixeira tinha a missão de transformar Rondônia em Estado, preparando o Território e organizando a capital Porto Velho para receber os poderes constituídos. O eldorado estava aberto: foi a explosão demográfica mais impressionante no Brasil da época, Porto Velho finalmente se consolidara como capital forte e próspera da última fronteira do país.

2.4 A Polícia de Rondônia

A Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO) tem sua origem na extinta Guarda Territorial do Ex-Território Federal de Rondônia, organização de caráter civil que a antecedeu até a data de sua criação. Foi criada em 26 de novembro de 1975, através da Lei nº 6.270; todavia, somente foi regulamentado em 11 de janeiro de 1977, através do Decreto Federal nº 79.108, sendo nomeado seu Comandante geral um oficial do Exército, o qual recebeu a missão de implantar e consolidar, a partir da estrutura existente da Guarda Territorial (PMRO, 2010).

Os primeiros Policiais Militares foram homens que serviam a antiga Guarda Territorial, que contava com dezenove sargentos, três cabos e cinquenta e seis soldados aproveitados dos cento e sessenta e seis Guardas Territoriais inscritos.

No mesmo ano através do Decreto nº 835 é facultado o aproveitamento do efetivo da Guarda Territorial na Polícia Militar, mediante processo seletivo e após requerimento do interessado ao Comandante Geral. Em 09 de setembro de 1977,

através do Decreto Territorial nº 864, a Guarda Territorial é extinta definitivamente, sendo esta data o marco inicial da implantação da Polícia Militar de Rondônia, embora os trabalhos preliminares tenham se iniciado anteriormente.

O primeiro Quadro de Organização fixou o efetivo da Polícia Militar em 750 (setecentos e cinquenta) homens, todavia o Estado cresceu rapidamente em razão do grande fluxo migratório, exigindo repetidas mudanças no seu Quadro de Organização. Em 1981 é completado o primeiro efetivo e em 20 de abril de 1982, através do Decreto 149 é aprovado um novo Quadro de Organização, fixando o efetivo em 1.180 homens.

As missões dos Policiais Militares variam conforme o setor ao qual engajado, por exemplo, os militares do Primeiro Batalhão de Polícia Militar (1º BPM) são encarregados de realizar o policiamento ostensivo nas diversas modalidades e cumprir com as diferentes missões policial-militares, sendo responsáveis pela execução da atividade fim da Corporação. A Companhia de Operações Especiais (COE) é responsável pelo controle de convulsões sociais que possam oferecer transtornos à tranquilidade pública ou grave perturbação da ordem, podendo ser empregada em outras missões de policiamento em todo o Estado (PMRO, 2011).

A cada ano, em perseguição às necessidades crescentes de Segurança Pública que o desenvolvimento exigia, novos objetivos e metas foram propostos e alcançados, porém, sempre um passo atrás do fluxo migratório descontrolado que expunha sempre a fragilidade da estrutura governamental, muitas vezes a necessidade superando a capacidade dos planos em execução da Polícia Militar.

Em 01 de novembro de 1982 o Decreto-Lei nº 028, fixa o efetivo da Polícia Militar em 2.400 homens projetados para o ano de 1985. Mesmo que tivesse sido atingido naquele ano, o efetivo fixado já não supriria as reais necessidades da Corporação e em 06 de março de 1987, através da Lei nº 147 aprova um novo Quadro de Organização com 6.319 homens.

Finalmente, em 08 de setembro de 1993, através da Lei nº 509, o Governo do Estado de Rondônia, fixa o atual efetivo da Polícia Militar em 8.406 (oito mil quatrocentos e seis) policiais militares, sendo nesta mesma data instituído o novo Quadro de Organização da PM/RO, através do Decreto 6078.

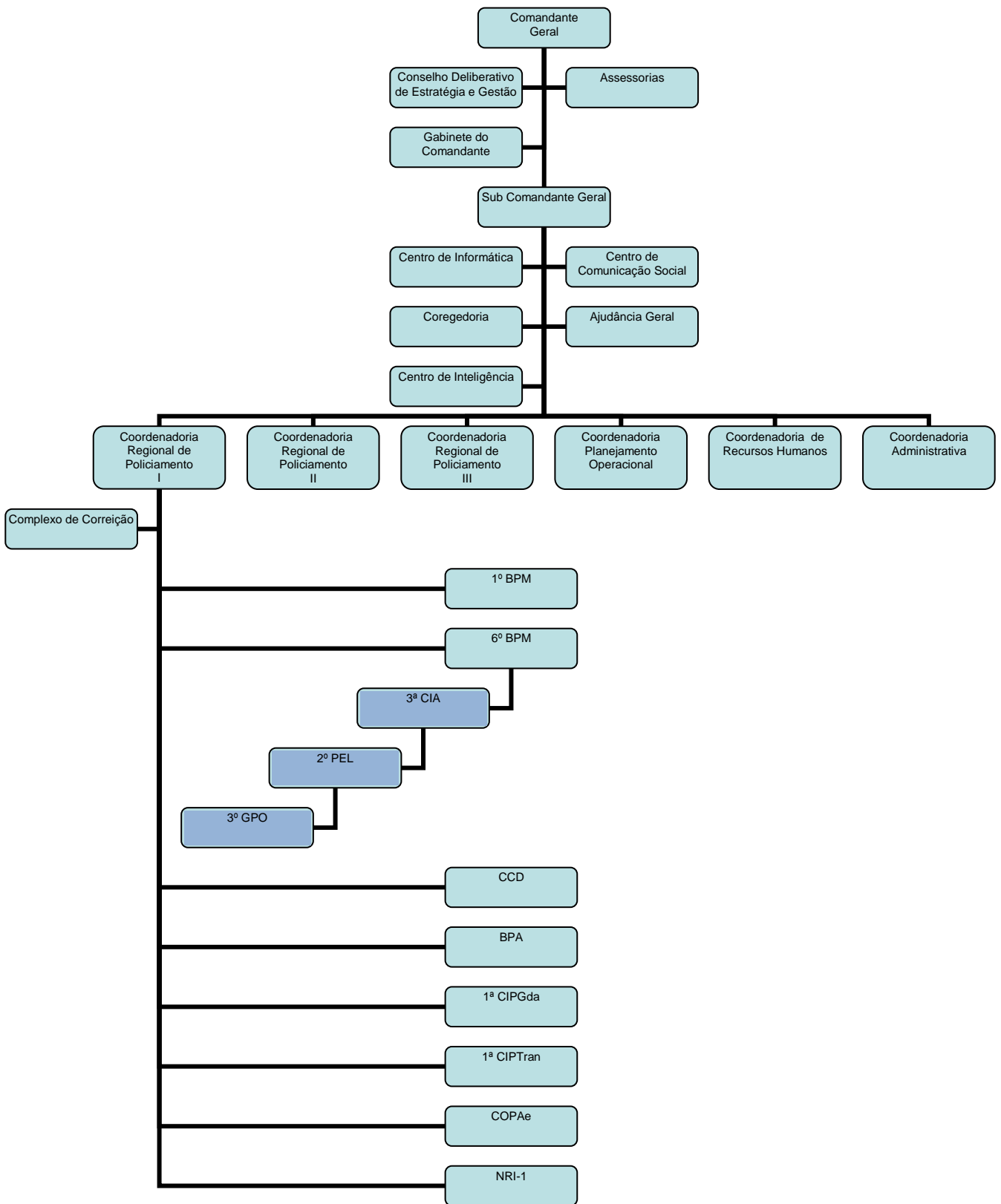


Figura 01 – Organograma da Polícia Militar do Estado de Rondônia

2.5 Políticas de Segurança Pública no Estado de Rondônia

O Estado de Rondônia, localizado na Amazônia Ocidental, é uma das onze Unidades Federativas que fazem parte da faixa de fronteira nacional, com aproximadamente 1.342 km de fronteira com a Bolívia, banhada pelos rios Guaporé, Mamoré e Abunã e densa floresta tropical que, ao mesmo tempo em que facilitam o tráfico de drogas, o contrabando de armas, o descaminho, o roubo de cargas e de veículos, dificultam a ação fiscalizadora do Estado.

Além desta preocupação constante com a dinâmica dos crimes nas fronteiras e transfronteiriços, além de suas implicações no elevado índice de criminalidade em todo o Estado, Brasil e no mundo, se faz necessária especial atenção às divisas com os estados do Mato Grosso, Acre e Amazonas, que guardam também as mesmas características da região de fronteira, ampliando ainda mais a necessidade de ação especializada, visto que as organizações criminosas estendem seus tentáculos além dos limites políticos dos entes federados.

A grave situação nacional de segurança pública indica que as regiões de fronteiras são caracterizadas também por serem altamente violentas. Uma análise comparativa do grau de incidência de homicídios entre as regiões dentro e fora da zona de fronteira do Brasil evidencia que os municípios com população até 50.000 habitantes localizados na zona de fronteira possuem incidência de homicídios maior que os localizados fora da zona fronteira. Anualmente no País são roubados ou furtados aproximadamente 400.000 veículos e 15.000 cargas de caminhões e grande parte destes veículos são levados para fora do Brasil através das fronteiras. Ao ano são registradas cerca de 125.000 apreensões de entorpecentes e 80.000 de armas de fogo, as quais grande parte também entram no Brasil pela fronteira. Por fim cabe destacar que aproximadamente 33.000 pessoas desaparecem no País e muitas destas vítimas são levadas para o exterior pela fronteira nacional.

Neste compasso o Governo Federal tem procurado fomentar nos Estados a constituição de unidades de policiamento especializado de fronteira, firmando com o Estado de Rondônia um Acordo de Cooperação Federativa que visa promover a institucionalização do Projeto de Policiamento Especializado de Fronteira – PEFRON, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI Fronteiras, em que o Governo Federal participa dotando o Estado com

recursos físicos e capacitação que permitam o funcionamento em atividades ordinárias e extraordinárias e o Estado com a gestão dos recursos e a execução da atividade de policiamento especializado de fronteiras, com efetivo diretamente vinculado à Secretaria de Segurança.

Atendendo aos termos do acordo firmado com o Governo Federal, no sentido de cumprir com seu objetivo de implementação e criação de uma unidade integrada de policiamento especializado para atender às comunidades englobadas pela faixa de fronteira e divisas, é que se criou, no âmbito da Secretaria de Segurança, a Gerência Especializada em Segurança de Fronteira – GESFRON/SESDEC.

A criação da gerência, além de atender ao acordo firmado com o governo federal, promoverá a solução contínua e gradual para os problemas de segurança pública com mais foco nas comunidades de fronteira e divisas, articulação estratégica em âmbitos locais, regionais e nacionais, com base na doutrina do policiamento comunitário, valorização profissional e recursos técnicos e tecnológicos especializados.

Neste passo o trabalho evolui no sentido de produzir conhecimentos através de estudos com o objetivo de diminuir de forma precisa o cometimento de delitos e suas implicações na faixa de fronteira e conseqüentemente nos grandes centros urbanos que são os principais alvos do narcotráfico.

Neste contexto, o Governo do Estado de Rondônia considera indispensável fazer o enfrentamento dos problemas fronteiriços, tanto na dimensão das conseqüências, quanto das causas. Para tanto, este Plano apresenta projetos em quatro fases de cumprimento: aplicação imediata (dez 2011), de curto (dez 2012), médio (ago 2013) e longo prazo (mar 2014) com reaparelhamento até 2018. Busca-se ampliar os investimentos para: aparelhar os organismos responsáveis pela segurança pública do Estado, a fim de combater efetivamente a prática de delitos ligados a faixa de fronteira, bem como seus elementos geradores desta violência.

Assim, por conta da extensa e desabitada fronteira faz-se necessário a aquisição de equipamentos que permitam as unidades especializadas em segurança de fronteira - UNESFRON e seus integrantes a atuar com segurança, o maior período de tempo possível, com a maior segurança que poderá ser proporcionada dadas as condições territoriais apresentadas para as diversas ações e operações, com a menor possibilidade de apoio, para tanto deve-se ter a melhor tecnologia

disponível e o suporte eficiente para eventuais infiltrações, exfiltrações, resgates, cobertura e apoio.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O método utilizado foi o indutivo, que segundo Fachin (2001, p. 30), se caracteriza por ser um “[...] procedimento do raciocínio que, a partir de uma análise de dados particulares, se encaminha para noções gerais”. Diferencia-se do método dedutivo, pois deste se obtém uma conclusão a partir de suas proposições, dos aspectos gerais para o específico.

Desta forma, a pesquisa baseou-se em estudos realizados com policiais militares que atuam no Policiamento Ostensivo bem como a comunidade que é o sujeito ativo do serviço prestado por esta instituição. Assim se pressupõe que a gestão pública que é direcionada à Polícia Militar no Distrito de Extrema sofre influência direta na prestação do serviço que a comunidade recebe.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental e aplicada. Segundo Marconi e Lakatos (2006) a pesquisa documental caracteriza-se pela fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, chamados fontes primárias. Os mesmos autores afirmam que a pesquisa bibliográfica, abrange a bibliografia referente ao tema do estudo, já tornada pública, desde boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc.; além de meios de comunicação orais como: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais, filmes e televisão.

3.1 Localização da área pesquisada (Abunã)

O Distrito de Extrema fica localizado na Ponta do Abunã, divisa rondoniense com o estado do Acre, distante cerca de 250 quilômetros de Porto Velho. Apesar de no mapa abaixo o Distrito de Extrema não está citado, mas para melhor localizá-lo basta observar a região que está localizada entre Abunã e a divisa do Estado do Acre (canto esquerdo do mapa). Na região citada existem quatro distritos na direção Abunã – Acre, que são: Abunã, Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia.



Figura 02 – Mapa de Rondônia
Fonte: site da PMRO

3.2 Caracterização da organização

A instituição em que ocorreu a pesquisa foi no 3º Grupamento de Policiamento Ostensivo do Distrito de Extrema. Tal Grupamento é subordinado à 3ª Companhia de Policiamento Ostensivo que fica localizada no município de Guajará Mirim, distante aproximadamente 400 km da Capital do Estado de Rondônia.

É o 3º Grupamento que faz o policiamento do Distrito de Extrema e possui uma sede, ou seja, o quartel, que fica próximo às avenidas principais do Distrito. Possui atualmente em seu quadro de servidores, 20 soldados, 02 sargentos e 02 cabos, perfazendo um total de 24 policiais.

3.3 População e amostra ou participantes do estudo

A população foi composta pela comunidade do Distrito de Extrema e por 24 policiais que atuam no Policiamento Ostensivo do referido Distrito.

A amostra da comunidade se deu aleatoriamente, à medida que se percorria os comércios e instituições públicas da localidade e encontravam pessoas que se prontificavam a responder aos questionários, estas se tornavam amostra da pesquisa.

A amostra dos policiais se deu através da constatação de que, à época da pesquisa, encontravam-se desenvolvendo suas atividades regularmente. Todos os participantes são homens, com idades entre 26 e 47 anos e já atuaram em outra Companhia antes de serem lotados no Distrito de Extrema, portanto, já possuem experiência em outras atividades militares.

Cabe salientar que a participação na pesquisa não teve caráter convocatório, mas sim voluntário, ou seja, após apresentação da proposta de pesquisa, os policiais foram convidados a participar e uma vez tendo aceitado.

Dessa forma, a amostra da pesquisa está composta de 18 policiais militares e de 198 pessoas da comunidade local.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Foram utilizados dois questionários, sendo que 01 foi para os policiais e outro para a comunidade em geral. O questionário dos policiais constou três áreas investigativas: dados pessoais, dados sobre a vida profissional e dados sobre as condições de trabalho. Tanto no quesito dados pessoais como dados sobre a vida profissional as questões são de múltipla escolha, já no quesito dados sobre as condições de trabalho foram elaboradas 09 perguntas, sendo que 02 delas era de resposta aberta, onde o entrevistado expunha o seu ponto de vista.

Já o questionário destinado à comunidade foi elaborado com dois eixos, um sobre os dados pessoais e outro sobre a satisfação do serviço que recebem da Polícia Militar.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta de dados aconteceu em duas etapas, sendo que a primeira foi feita com a comunidade local e a outra com os 18 policiais que trabalham no Distrito de Extrema. Não foi possível realizar a pesquisa com 02 dos policiais que trabalham na

instituição por encontrarem-se de férias; 02 por encontrarem de Licença para Tratamento de Saúde – LTS e 02 em missão no interior do Estado.

A duração da pesquisa foi de dois dias, em três turnos (manhã/tarde/noite), aproveitando a folga do plantão policial e em função do curto período para a aplicação da pesquisa. Como o período foi curto, a coleta de dados teve o auxílio de mais três voluntários, tendo um total de 04 (quatro) pessoas colhendo dados.

Os 03 (três) entrevistadores apresentaram-se como voluntários da pesquisa de um aluno da Universidade de Brasília mostrando o questionário elaborado. Já o aluno apresentou-se como o próprio pesquisador e aluno na Universidade de Brasília.

A forma de aplicação desta pesquisa foi presencial sendo que os aplicadores faziam as perguntas e assinalavam na resposta escolhida pelo integrante da comunidade. As perguntas que necessitavam de resposta escrita também eram feitas pelo aplicador de acordo com o que era respondido.

O tratamento estatístico do estudo foi realizado por meio de programa Excel 2000, para montagem do banco de dados e análise de frequências das respostas, utilizando o recurso de figuras para apresentação dos principais resultados.

As principais limitações da pesquisa dizem respeito à escassez de tempo; à dificuldade e demora na obtenção das respostas e ao questionário propriamente dito, que traduz um momento do respondente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão expostos os resultados e as discussões dos dados obtidas através da pesquisa de campo. Como foi mencionado anteriormente, os dados foram colhidos com a comunidade e com os policiais que atuam no Policiamento Ostensivo do Distrito de Extrema. Serão apresentados inicialmente os dados colhidos com os policiais e em seguida com a comunidade, já que a intenção é descobrir primeiro como se dá a gestão de trabalho desses e depois a impressão que a comunidade possui sobre o trabalho policial que lhes é prestado. Pois, somente na discussão é que será possível confrontar a realidade vivida na profissão dos policiais e a sua possível relação com o trabalho que é oferecido à comunidade.

4.1 A Gestão Pública da Polícia Militar do Distrito de Extrema sob o olhar dos policiais militares

Os 24 policiais militares que atuam no Policiamento Ostensivo do Distrito de Extrema realizam uma escala de 24x72, ou seja, ficam um dia inteiro trabalhando e folgam 03 dias. Apenas o Comandante do Grupamento trabalha expediente que vai das 07:00 h às 13:00 e faz plantões quando necessário, como é o caso de Comando de Abordagem, festa de grande vulto etc.

É importante frisar que dos 24 policiais do quadro efetivo do Grupamento Militar, 19 moram em outra localidade, ou seja, moram no município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre e possuem a dificuldade de rendição (passagem do serviço para a próxima guarnição), o que implica na organização de suas atividades laborais.

Quanto ao sistema de punições e recompensas, os policiais militares estão submetido ao prescrito no Código Penal Militar - CPM, no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Rondônia - RDPM e no Estatuto dos Servidores Militares do Estado de Rondônia. As punições variam desde a simples advertência verbal até o licenciamento a bem da disciplina. Já para o sistema de recompensas,

este oferece dispensas, elogios, concessões de medalhas e promoções por atos de bravura.

A partir da pesquisa detectou-se que a grande maioria (66%) dos policiais militares possui entre 18 a 30 anos de idade. Cerca de 45% são casados; 33% possuem união estável e 22% são solteiros.

Com relação a ter filhos, 16 (dezesesseis) responderam que possuem filhos e apenas 02 (dois) disseram que não possuem filhos. Dos 16 que possuem filhos, 07 possui apenas 01 filho; 04 possuem 02 filhos; 03 possuem 03 filhos e 02 possuem mais de 04 filhos.

Tabela 01 – Nível de escolaridade dos policiais

Nível de escolaridade	Quant.
Fundamental Incompleto	0
Fundamental Completo	0
Médio Incompleto	0
Médio Completo	06
Superior incompleto	10
Superior completo	02
Total	18

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A grande maioria dos entrevistados (10) está cursando nível superior e 02 deles já concluíram este nível de escolaridade, o que pode ser visto como um bom quadro de escolaridade. Contudo, observa-se que de uma forma geral, o nível de escolaridade exigido atualmente não tem relação direta com algum tipo de agregação de valor na atividade policial, nem mesmo com o programa de treinamento. As observações do trabalho diário indicam que os policiais hoje realizam as mesmas atividades que anteriormente eram desempenhadas por profissionais com o primeiro grau.

De uma forma geral, os entrevistados acreditam que ter conhecimento é importante. Todavia, os problemas estruturais enfrentados pela Polícia Militar, não são viáveis para se exigir o terceiro grau para o ingresso como soldado policial militar. Antes, o papel do policial deveria ser repensado, condições de remuneração revistas e o homem mais valorizado para que tal mudança surtisse o efeito desejado.

Dos 18 entrevistados, 15 são soldados, 02 cabos e 01 é sargento. Atualmente no quadro de servidores do Grupamento de Policiamento Ostensivo - GpPO

existem 24 policiais militares, sendo 20 soldados, 02 cabos e 02 sargentos. Um desses sargentos é o Comandante do grupamento e atua há 14 anos em tal instituição.

Tentou-se averiguar as condições de trabalho dos policiais militares, como o aperfeiçoamento, os equipamentos utilizados, investimento profissional etc. e a primeira questão foi sobre quanto tempo que o policial havia feito um curso de aperfeiçoamento o obteve-se o seguinte resultado:

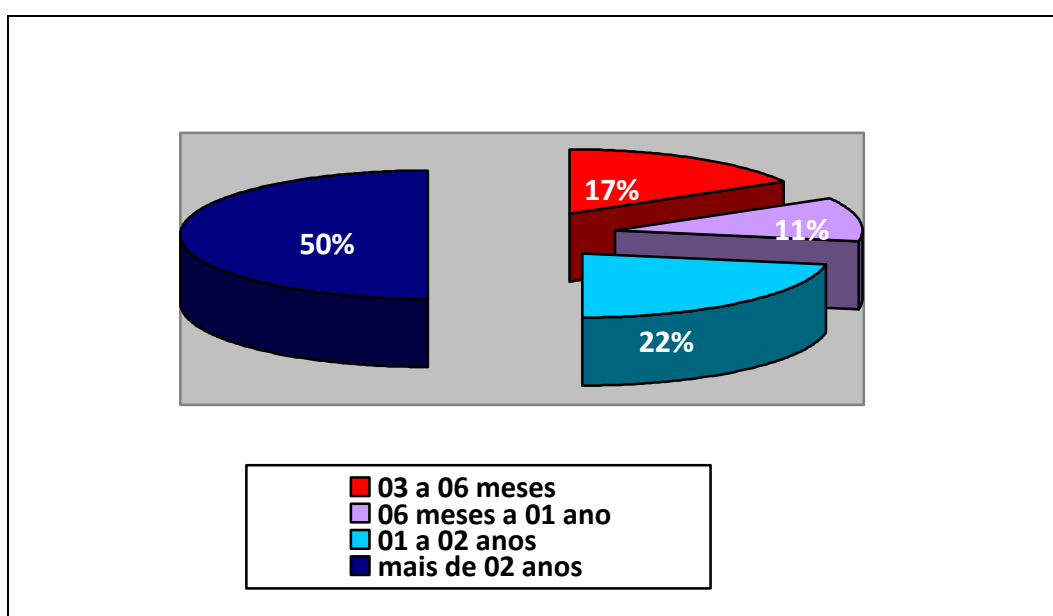


Gráfico 01 – Tempo de curso de aperfeiçoamento
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Como se pode observar nos resultados acima descrito 50% dos entrevistados fizeram curso de aperfeiçoamento há mais de 02 anos, o que mostra um tempo muito longo para a demanda de aperfeiçoamento de qualquer servidor público.

Segundo Newman (1991, p. 48), a importância de desenvolver e educar as pessoas que fornecerão serviços é tão grande que muitas instituições organizam suas próprias escolas de treinamentos.

De acordo com Bittner (2003, p.136) o papel da polícia é enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando suas soluções tenham a possibilidade de exigir uso da força no momento em que estejam ocorrendo. O que se pode observar é que o autor não vê o policiamento como uma técnica, e faz grandes exigências em termos de experiência e julgamento. De acordo com ele a experiência é um

conhecimento acumulado em que a compreensão das necessidades e das possibilidades práticas se baseia.

As duas questões seguintes indagaram sobre a suficiência dos equipamentos operacionais, bem como sobre o não atendimento à população em consequência da falta deste tipo de equipamento e o que se constatou foi que 92% dos entrevistados afirmaram que os equipamentos não são suficientes para prestar um serviço de qualidade à população. Um total de 59% dos entrevistados afirmou que já deixou de atender a alguma solicitação por falta de equipamento adequado ao trabalho de polícia ostensiva.

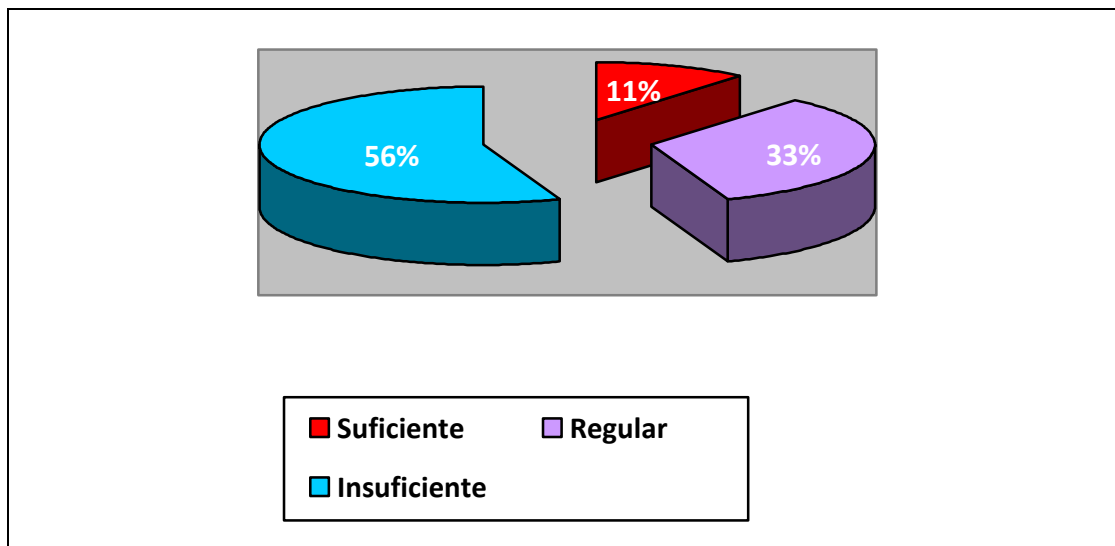


Gráfico 02 – Investimento Profissional que a PM oferece
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Chiavenato (2000, p.497) afirma que,

Treinamento é o processo educacional de curto prazo aplicado de maneira sistemática e organizado, através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos definidos. O treinamento envolve a transmissão de conhecimentos específicos relativos ao trabalho, atitudes frente a aspectos da organização, da tarefa e do ambiente, e do desenvolvimento de habilidades.

Como se constatou na pesquisa, onde mostra que 56% dos policiais entrevistados conceituam como insuficiente o investimento profissional por parte da instituição pública, portanto, pode-se afirmar que há uma grande necessidade de se

investir em cursos profissionalizantes e de reciclagem para que os policiais possam melhorar sua atuação e assim dar efetividade às necessidades da comunidade local.

Moraes (1992, p. 45) ressalta que a relação do homem com o trabalho, às vezes é conflituosa, pois se por um lado o trabalho é um fardo, dá sentido à vida; se por outro, dá *status*, define a identidade pessoal e o crescimento humano. Acredita-se, no entanto, que, ao conhecer essa relação conflituosa com o trabalho, o trabalhador possa achar o seu ponto de equilíbrio, buscando uma melhor condição de trabalho e, conseqüentemente, conquistando um bem-estar pessoal a partir dessa relação harmônica entre trabalho e outras esferas da vida.

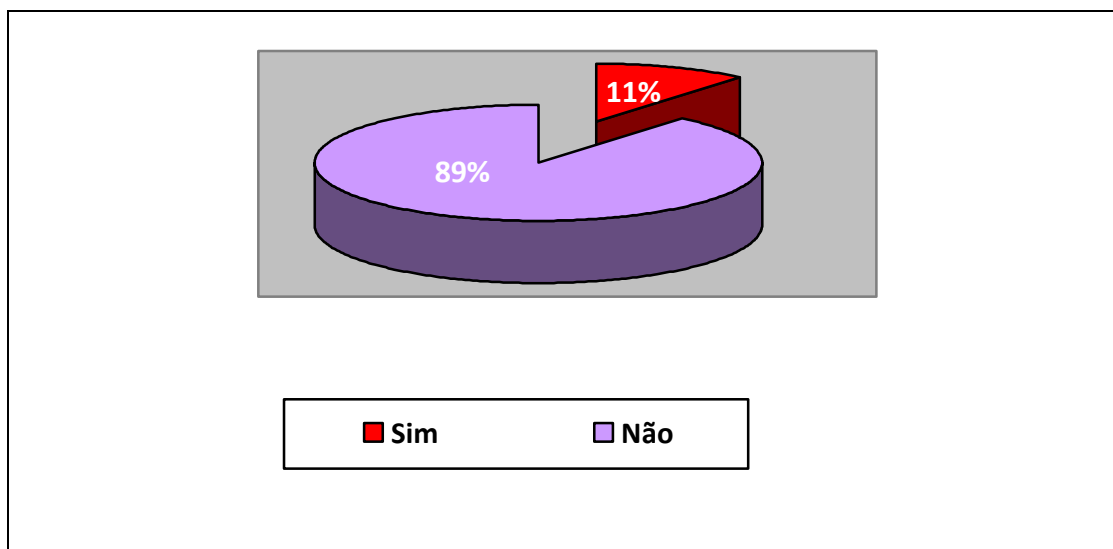


Gráfico 03 – Remuneração versus necessidades básicas
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Como se observa no gráfico 03, 89% dos entrevistados não estão satisfeitos com sua remuneração, sendo que a mesma não supre as suas necessidades básicas e de sua família.

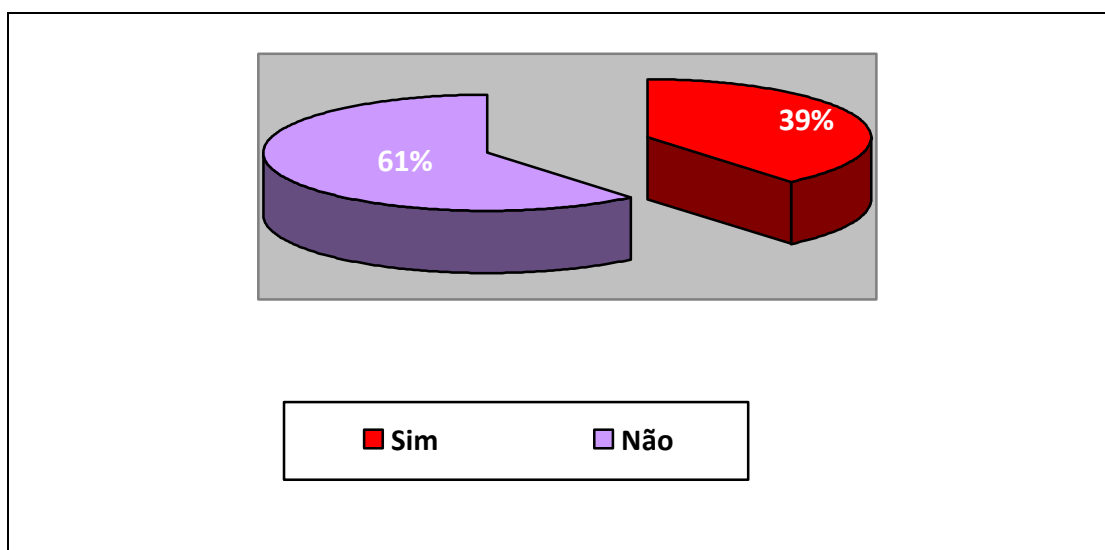


Gráfico 04 – Satisfação com as atividades da profissão
 Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Questionou-se para esses 61% que responderam que não estão satisfeitos com as atividades desenvolvidas em sua atuação profissional sobre o motivo de tal afirmativa e obtiveram-se as seguintes respostas:

Tabela 02 – motivo da insatisfação

Resposta	Quant.
Falta de condições de trabalho	06
Falta de valorização	06
Falta de qualificação profissional	04
Salário insuficiente	02

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Já a relação com a comunidade local é boa se considerada as respostas expostas no gráfico abaixo.

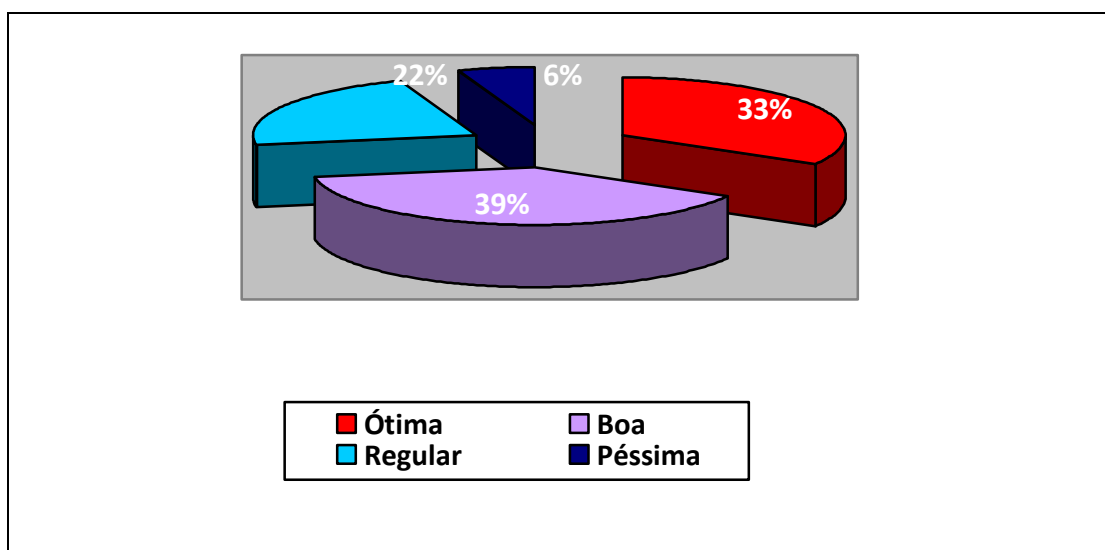


Gráfico 05 – Relação com a comunidade local
 Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Perguntou-se o que deveria mudar no ambiente de trabalho para que o policial se tornasse um profissional satisfeito e 12 deles afirmaram que deveria haver mais investimento em sua qualificação profissional para melhorar o desempenho de sua função junto à comunidade. Os outros 06 questionaram a melhora nas próprias condições de trabalho e investimento social.

4.2 A qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar no Distrito de Extrema sob o olhar da Comunidade local

No Distrito de Extrema atualmente existem cerca de 12.000 habitantes e 52% desses habitantes compõem-se de mulher. De acordo com os dados colhidos o número de mulher no Distrito continua sendo grande, já que da população que se aplicou o questionário, 48% é do sexo feminino e 52% do sexo masculino.

Com relação a idade, a grande maioria dos 198 entrevistados (57%) possuem a faixa etária de 31 a 40 anos de idade; 17% possuem entre 41 a 50 anos; 14% possuem entre 18 a 30 anos e 12% possuem entre 18 a 30 anos.

Tabela 03 – Nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Quant.
Fundamental Incompleto	78
Fundamental Completo	21
Médio Incompleto	38
Médio Completo	34
Superior incompleto	09
Superior completo	18
Total	198

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação aos serviços prestados pela Polícia Militar à comunidade foi indagada se sempre que precisou dos serviços da instituição foi atendida prontamente, sendo que 71% dos entrevistados afirmou que sim e 29% afirmou que não. Também questionou se quando solicitado e ido até o local do conflito, a PM conseguiu solucioná-lo e 78% afirmou que sim e 22% afirmou que não.

Desses 22% que firmaram que a situação não foi resolvida. A seguir os motivos que levaram os policiais a não resolverem o problema detectado.

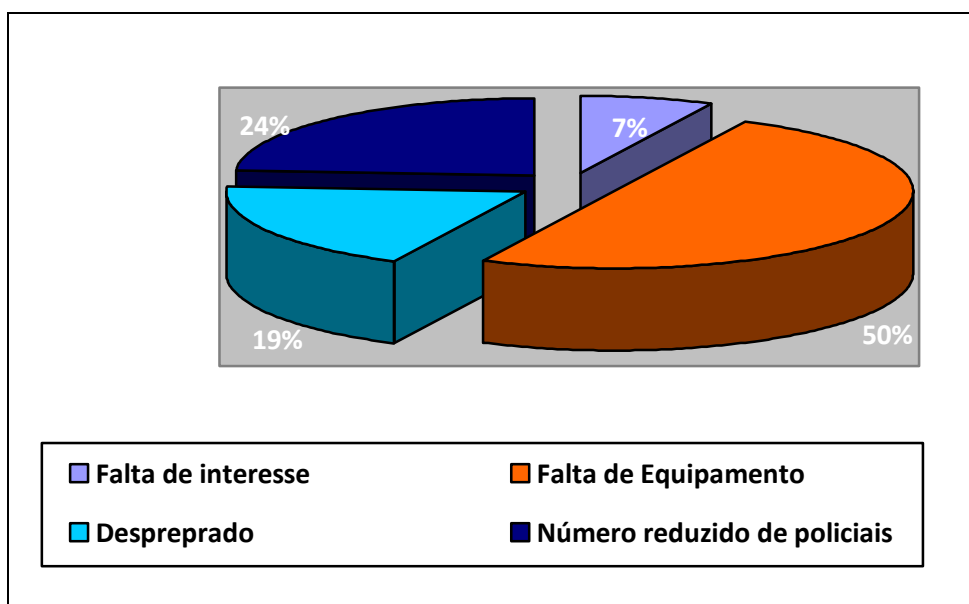


Gráfico 06 – Motivo de não resolver a situação
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

De acordo com a comunidade 50% das ocorrências não resolvidas deram-se por falta de equipamento necessário a atender tal ocorrência. Geralmente os equipamentos que faltam ou que são insuficientes ao apoio do trabalho policial são viaturas, motocicletas, que podem melhorar o tempo de chegada dos policiais no local solicitado, bem como agilizar a localização do infrator.

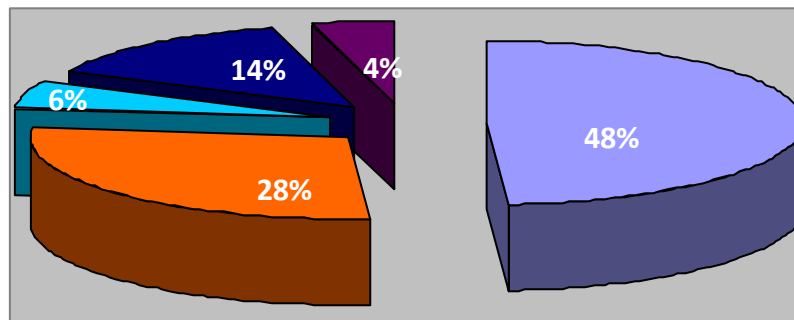


Gráfico 07 – Nível de satisfação com a atuação da PM
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Como se pode perceber o nível de satisfação que vai do satisfeito à muito satisfeito é considerável bom, se levado em consideração ao que foi constatado na pesquisa, que nem sempre é possível atender aos chamados devido à falta de estrutura na instituição. Apesar de existir esse problema, o policiamento ostensivo acontece efetivamente no Distrito e é aceitado pela comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou verificar a organização e condições do ambiente de trabalho dos policiais militares que atuam no policiamento ostensivo do Distrito de Extrema, na intenção de mostrar como estes quesitos influenciam na eficiência das ações desenvolvidas em suas atividades laborais.

Durante o trabalho policial foi possível detectar a dificuldade de alguns procedimentos e atendimentos à população devido à insuficiência de equipamentos, viaturas etc. Essa dificuldade, de certa forma, influencia diretamente na qualidade de serviço que a polícia presta à comunidade.

Avaliando o perfil dos respondentes, verificou-se que os policiais militares que atuam no Policiamento Ostensivo do Distrito de Extrema não se encontram satisfeitos com as condições profissionais que lhes é dada pela instituição de segurança pública do Estado de Rondônia.

Verifica-se que a abrangência das atividades executadas pela Polícia Militar a cada dia proporciona a interação com a comunidade. No entanto, há um caminho longo a ser percorrido para que haja uma mudança estrutural do trabalho desenvolvido pelos policiais militares. A valorização profissional é fundamental para que aconteça a interação entre o profissional de segurança e a sociedade.

A atividade de polícia é executada para o controle social. Muitas vezes, o fazer cumprir a lei não torna simpática a ação policial. O que a sociedade preza é o agir com correção de atitudes, para que se possa ampliar o respeito da população e que esta, efetivamente, tenha confiança no policial, e o policial por sua vez um melhor desempenho, buscando melhorar a imagem da instituição na sua ação diuturna.

Portanto, os gestores de segurança pública devem estar cada dia mais atento às mudanças de conceito, tanto na área de recursos humanos, quanto nas áreas tecnológicas, buscando a interação destes para o alcance do modelo de policiamento ideal.

Não há fórmulas milagrosas para transformar uma organização com características mais notadamente militar do que policial, baseada na hierarquia e na disciplina, em uma organização que aprende, pensa, cria, inova e produz conhecimento para solução de seus problemas e principalmente, para os problemas de insegurança pública.

A partir do trabalho desenvolvido foram elaboradas algumas propostas para melhorar a atuação dos policiais do Distrito de Extrema e para assegurar uma melhor gestão das atividades exercidas no 1º Grupamento de Policiamento Ostensivo:

1. Encontrar mecanismos para uma transformação na organização como um todo e, para isso, é necessário uma mudança de atitude, de consciência, para que ocorra uma mudança significativa externamente.
2. Criar um cronograma de cursos de capacitação profissional aos agentes da Polícia Militar que atuam com o policiamento ostensivo no Distrito de Extrema;
3. Garantir o fornecimento regular de fardamento, equipamentos e armamentos adequados ao exercício da atividade ostensiva, levando em conta as peculiaridades do serviço;
4. Criar canais de comunicação interna, possibilitando que os executores do policiamento ostensivo possam ser ouvidos em seus anseios e reivindicações, bem como proporcionar mais espaços para que possam participar e contribuir para a melhoria das condições e da organização do seu trabalho.

Com tais propostas será possível uma reorganização nos modelos de gestão de segurança pública do Distrito de Extrema e, conseqüentemente, do Estado de Rondônia, cabendo aos seus gestores públicos avaliar as conseqüências e as melhorias advindas dessas mudanças.

REFERÊNCIAS

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. **Código Penal Militar**. Decreto lei no 1.001, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del1001.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2011.

_____. Ministério do Exército. Inspeção Geral das Polícias Militares. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1985.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FACHIN, O. **Fundamentos da Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. Versão 5. ed. Positivo. Edição eletrônica: Positivo Informática, 2004.

FILHO, Gerino Alves da Silva – **Divisão Territorial de Rondônia**. Porto Velho, 1997.

FISCHER, R.M. **O direito da população à segurança**. Petrópolis: Vozes, 1985.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicação das Normas da ABNT**. 15. ed. Porto Alegre: 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATIAS, Francisco. **Formação Histórica e Econômica**. 3. ed. – Porto Velho, RO. INDAM, 2010.

NEWMAN, William H. **Treinamento e remuneração de pessoal executivo**. In: Ação Administrativa: as técnicas de organização e gerência. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE RÔNDONIA – PMRO. Disponível em: <<http://www.pm.ro.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2011.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário para Comunidade do Distrito de Extrema

Esta pesquisa possui o objetivo de identificar o nível de satisfação da comunidade local para com as ações ostensiva da Polícia Militar.

1) DADOS PESSOAIS

1.1 Sexo:

- Feminino
- Masculino

1.2. Idade

- Entre 18 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Mais de 50 anos

1.3. Estado Civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- União estável
- Viúvo(a)
- Separado(a) / desquitado(a) / divorciado(a)

1.4. Grau de escolaridade

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino médio Incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

2) DADOS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO DISTRITO ONDE RESIDE

2.1 Sempre que precisou dos serviços de segurança pública prestado pela Polícia Militar você foi atendido prontamente?

- Sim
- Não

2.2 Quando foi atendido pela Polícia, a situação solicitada foi resolvida:

- Sim
- Não

2.3 Se não, por qual motivo?

- Falta de interesse por parte da polícia
- Despreparo do Policial Militar
- Falta de equipamento (viatura, armamento, colete etc) necessário para atender à solicitação
- Número insuficiente de policiais

Outros: _____

2.4 Qual seu nível de satisfação com a atuação da Polícia Militar do Distrito de Extrema?

- Muito Satisfeito
- Satisfeito
- Indiferente
- Insatisfeito
- Muito Insatisfeito

Apêndice B – Questionário para Policias Militares que atuam no Grupamento do Distrito de Extrema

Tal pesquisa tem como intenção analisar as condições e a organização presentes no ambiente de trabalho dos executores do policiamento ostensivo, bem como levantar, a partir de relatos, as percepções sobre o ambiente de trabalho dos policiais militares;

1) DADOS PESSOAIS

1.1. Idade

- Entre 18 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Mais de 50 anos

1.2 Estado Civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- União estável
- Viúvo(a)
- Separado(a) / desquitado(a) / divorciado(a)

1.3 Possui filhos

- Sim
- Não

1.4 Se sim, quantos?

- 01
- 02
- 03
- Mais de 04

1.5 Grau de escolaridade

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino médio Incompleto
- Ensino médio completo

- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

2) DADOS SOBRE A VIDA PROFISSIONAL

2.1 Graduação

- Soldado
- Cabo
- Sargento

2.2 Trabalha na Polícia Militar há quantos anos:

- 01 ano
- 01 a 02 anos
- 02 a 05 anos
- 06 a 08 anos
- 08 a 10 anos
- mais de 10 anos

2.3 Trabalhou com outra função antes de ingressar na Polícia Militar:

- Sim
- Não

3) DADOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

3.1 Faz quanto tempo que fez curso de aperfeiçoamento na Polícia Militar

- 03 a 06 meses
- 06 meses a 01 ano
- 01 a 02 anos
- Mais de 02 anos

3.2 Os equipamentos operacionais oferecidos pela Corporação são suficientes para prestar um serviço de qualidade à comunidade local?

- Sim
- Não

3.3 Você já deixou de atender a alguma solicitação por falta de equipamentos?

- Sim
 Não

3.4 Conceitue o investimento profissional que a Polícia Militar lhe oferece

- Suficiente
 Regular
 Insuficiente

3.5 A remuneração recebida supre suas necessidades básicas e de sua família?

- Sim
 Não

3.6 Você está satisfeito com as atividades desenvolvidas em sua atuação profissional?

- Sim
 Não

3.7 Se não, por qual motivo? _____

3.8 Como você analisa a sua relação profissional com a comunidade local

- Ótima Boa Regular Péssima.

3.9 O que você acha que deveria mudar em seu ambiente de trabalho para você tornar-se um profissional satisfeito?

